

Razão Social: Procuradoria-Geral do Município de Porto Alegre / CEDIM

Conforme solicitado, encaminhamos carta proposta relativa à aquisição de Curso na **modalidade EAD**, pelo valor da hora/aula, para **categoria de “Residentes Jurídicos”**.

Curso modalidade EAD	Carga horária	Valor hora/aula	Número participantes	Valor inscrição individual	Valor total
Curso Concessões e PPPs nos Municípios: Estruturação e prática	40h/aula	R\$ 14,00	35	R\$ 560,00	R\$ 18.200,00
Curso de Mediação Tributária - Aspectos Teóricos e Práticos	12h/aula	R\$ 14,00	35	R\$ 168,00	R\$ 5.460,00
CURSO REURB (ênfase na atuação municipal) - 9ª edição	20h/aula	R\$14,00	35	R\$ 280,00	R\$ 9.100,00

***Cursos oferecidos na modalidade EAD – plataforma Moodle ESDM.

ATRIBUIÇÕES DA FESDM

I – A FESDM emitirá os certificados para os participantes que tiverem 75% da carga horária do curso, conforme relatório do Moodle.

ATRIBUIÇÕES DA PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE / CEDIM

I - O Município deverá indicar o nome dos participantes do curso.

OBSERVAÇÕES:

- O valor ora cotado terá validade de 30 dias, a contar da data da proposta. Após esse período poderá sofrer variações;

- Documentos/ Certidões ESDM, disponíveis em:
<http://www.esdm.com.br/post/sobre/138/documentao-para-empenho>

COND. CONTRATAÇÃO:

- Enviar Nota de Empenho até 20 dias antes das inscrições.
- A proposta é **para o número de 35 participantes, nos Cursos mencionados na modalidade EAD, para categoria “Residentes Jurídicos”**.

COND. PAGTO.:

Depósito na conta da Fundação Escola Superior de Direito Municipal

Banco CEF - Ag.: 1851 - Conta: 2751-5

*****O pagamento fica condicionado à prestação do serviço e não à frequência dos participantes (certificado).**

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DOS CURSOS:

Curso Concessões e PPPs nos Municípios: Estruturação e prática

Carga horária: 40 horas-aula

Local: Moodle da ESDM

Corpo docente: Aloísio Zimmer, Antônio Carlos Cintra do Amaral Filho, Carlos Eduardo da Silveira, Fernando Pimentel, Jhonny Prado, Leonardo Busatto, Matheus Alves Nascimento, Pedro Pinheiro Orduña, Sérgio Lopes Cabral e Thiago Coelho Toscano.

UNIDADE 01 - Visão Geral das Parcerias Público-Privadas e Concessões no Brasil: um olhar voltado para os Municípios; As parcerias como instrumento de desenvolvimento

UNIDADE 02 - A concessão de Serviços Públicos – Ciclo de vida da estruturação dos projetos de Concessões e PPPs de serviços

UNIDADE 03 - Gestão de Stakeholders e os modos de interação pré-contratual entre o Poder Público e a Iniciativa Privada

UNIDADE 04 - Experiências de sucesso em concessões estaduais e municipais

UNIDADE 05 e UNIDADE 06 - Modelagem Técnica Econômico-Financeira dos Contratos de Concessão

UNIDADE 07 - Reequilíbrio Econômico-Financeiro dos Contratos de Concessão

UNIDADE 08 - Acordos substitutivos e integrativos da sanção administrativa decorrente do poder de polícia

UNIDADE 09 - PPPs e Concessões do Saneamento Básico: Os impactos do Marco Legal do Saneamento nos Municípios

UNIDADE 10 - A Concessão de Uso como forma de Parceria para uma gestão eficiente do Patrimônio Estatal

Curso de Mediação Tributária - Aspectos Teóricos e Práticos

Carga horária: 12 horas-aula

Local: Moodle da ESDM

Corpo docente: Ana Catarina Dantas Fontes da Cunha Lexau, Cláudio Lopes, Cristiane da Costa Nery, Marcelo Fernandes, Patricia Dornelles Schneider, Ricardo Almeida e Rodrigo Sartori Fantinel

Unidade 01 - Conceitos Fundamentais da Mediação Tributária

Unidade 02 - A Implementação da Mediação Tributária em Porto Alegre

Unidade 03 - Os Fundamentos da Mediação e o Papel do Mediador – A Experiência da Câmara de Mediação e Conciliação da PGM de Porto Alegre

Unidade 04 - Inovação Impulsionando Resultados

Unidade 05 - Aspectos Práticos da Mediação Tributária na Secretaria Municipal da Fazenda: Construções, Aprendizados e Perspectivas

Unidade 06 - Análise de Casos Práticos: perguntas e respostas

“Relatos de casos de Mediações Tributárias” - Participação-convidado: **Cláudio Lopes** - Auditor Fiscal da Receita Municipal, formado em Administração, atua na área da tributação imobiliária da Receita Municipal.

CURSO REURB (ênfase na atuação municipal) - 9ª edição

Carga horária: 20 horas-aula

Local: Moodle da ESDM

Corpo docente: Carolina Teodoro Falleiros, Luciano Saldanha Varela, Simone Somensi e Vanêscia Buzelato Prestes

Unidade 01 - Histórico da Regularização Fundiária e Características e especificidades do microssistema jurídico da REURB

1.1 Histórico da Regularização Fundiária; 1.2 Direito à moradia no Estado Democrático de Direito. Expressão do princípio da segurança da posse; 1.3 Expressões Direito à Moradia na Legislação Infraconstitucional; 1.4 Diferença 11.977/09 e 13.465/17; 1.5 Características da Lei Federal Nº 13.465/17. Inovações em Destaque; 1.6 Características do Direito à Regularização (titulação) na Lei Federal Nº 13.465/17; 1.7 Ações Diretas de Inconstitucionalidade – ADI; 1.8 - Modalidades de REURB; Consequências Classificação REURB. Efeitos classificação REURB e hipóteses de indeferimento; 1.9 Hipóteses de indeferimento - REURB-S e REURB-E. Art. 38 – medidas de mitigação e compensação; 1.10 REURB-Inominada; 1.11 Marco temporal para Aplicação da Lei; 1.12 Fases procedimentais REURB – art. 28. Legitimados – art. 14; 1.13 Atos administrativos no processamento REURB. Publicidade Instauração REURB; 1.14 Atos Administrativos; 1.15 Legitimação Fundiária; 1.16 Certidão de Regularização Fundiária – CRF.

Unidade 02 - Procedimento e Montagem REURB

2.1 Procedimento da REURB e Fase Registral; 2.2 Requerimento, Instauração, Pré notação e Notificação da REURB; 2.3 Modelo Processo Administrativo de Regularização Fundiária – Caso Vila dos Ferroviários - Titulação do lote; 2.4 Montagem da REURB – REURB Lego; 2.5 - Atribuições no Modelo de Parcerias e Atribuição particulares; 2.6 Conciliação e Mediação de Conflitos.

Unidade 03 - Provimento More Legal CNRR/RS; Aspecto Tributário e Registral; REURB e Leis Orçamentárias

3.1 Provimento More Legal CNRR/RS; 3.2 Qual o objetivo da REURB?; 3.3 Aspectos Tributários que incidem na REURB; 3.4 REURB e Leis Orçamentárias; 3.5 Preciosidades - Aspecto Registral. O que a REURB flexibiliza?

Unidade 04 - Características e especificidades do microssistema jurídico da REURB

4.1 Formas de participação de terceiros na regularização fundiária de REURB-S; 4.2 Termo de Compromisso na REURB. Infraestrutura essencial; 4.3 Regras específicas para REURB; 4.4 Área de preservação permanente. Licença urbanística e Ambiental Única; 4.5 Lei Federal 12.651/12; 4.6 Decreto 9310/18 – Instrumentos Jurídicos da REURB; 4.7 Modelo urbanístico para Aprovação; 4.8 Loteamento Acesso Controlado alteração Lei Federal 6766/79 no art. 78; 4.9 Complemento sobre Aspectos Tributários que incidem na REURB; 4.10 Metodologia para Legitimação Fundiária e da Posse.

Unidade 05 – Lei Federal 13.465/2017 - REURB - Aspectos Técnicos

5.1 Aspectos Técnicos: instauração, classificação e infraestrutura essencial da REURB; 5.2 - Requisitos técnicos para as Notificações previstas no art. 31 Lei Federal N. 13465/17 e Fluxograma de matrículas; 5.3 Levantamento topográfico; 5.4 Elaboração do Projeto de Regularização; 5.5 Elaboração do Projeto de Regularização; 5.6 Memorial descritivo - Projeto Urbanístico - Áreas de Riscos; 5.7 - Resumo Projeto Urbanístico - levantamento topográfico; 5.8 Estudo Técnico Ambiental; 5.9 (5ª ETAPA) Regularização das Edificações (Consolidação Normativa Notarial e Registral; do Direito Real de Laje).

Unidade 06 – Caráter estrutural da regularização fundiária e Titulação dos ocupantes na REURB

6.1 Escopo da REURB. Processo estrutural: conceito e aplicabilidade à regularização fundiária urbana; 6.2 Peculiaridades do procedimento administrativo de Reurb em imóveis da União; 6.3 Titulação dos ocupantes na REURB. Titulação preferencial em nome da mulher; 6.4 Formas de titulação atribuídas ao Município na Lei Federal nº 13.465/2017; 6.5 Natureza jurídica da legitimação fundiária. Aquisição originária da propriedade. Legitimação Fundiária na REURB-S; 6.6 Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis (SREI); 6.7 Exemplo de processo administrativo de titulação residencial; 6.8 Exemplos de processo administrativo de titulação não residencial e nota devolutiva; 6.9 precedentes judiciais; 6.10 Titulação por legitimação fundiária; 6.11 Legitimação de posse; 6.12 Exemplo de legitimação de posse; 6.13 Titulação através do Registro dos “Contratos de Gaveta”; 6.14 Enunciado aprovado no XVII Congresso Brasileiro de Procuradoras e Procuradoras Municipais, em novembro de 2022.